

Diretora da OMS diz que mundo está entrando em quarta onda de covid-19

O mundo está entrando em uma quarta onda da pandemia do novo coronavírus. A avaliação é da diretora-geral adjunta de acesso a medicamentos e produtos farmacêuticos da Organização Mundial da Saúde (OMS), a brasileira Mariângela Simão. Ela abordou a situação da pandemia em conferência na abertura no Congresso Brasileiro de Epidemiologia.

“Estamos vendo a ressurgência de casos de covid-19 na Europa. Tivemos nas últimas 24 horas mais de 440 mil novos casos confirmados. E isso que há subnotificação em vários continentes. O mundo está entrando em uma quarta onda, mas as regiões têm tido

um comportamento diferente em relação à pandemia”, declarou Mariângela Simão.

Segundo ela, o vírus continua evoluindo com variantes mais transmissíveis. Mas em razão da vacinação houve uma dissociação entre casos e mortes, pelo fato da vacinação ter reduzido os óbitos decorrentes da covid-19. Ela lembrou que a imunização reduz as hospitalizações mas não interrompe a transmissão.

A diretora avaliou que os novos picos na Europa se devem à abertura e flexibilização das medidas de distanciamento no verão, além do uso inconsistente de medidas de prevenção em países e regiões.

“O aumento da cobertura vacinal não influencia na

higiene pessoal, mas tem associação com diminuição do uso de máscaras e distanciamento social. Além disso, há desinformação, mensagens contraditórias que são responsáveis por matar pessoas”, pontuou a diretora-geral adjunta da OMS.

Um problema grave, acrescentou, é a desigualdade no acesso às vacinas no mundo. “Foram aplicadas mais de 7,5 bilhões de doses. Em países de baixa renda, há menos de 5% das pessoas com pelo menos uma dose. Um dos fatores foi o fato de os produtores terem feito acordos bilaterais com países de alta renda e não estarem privilegiando vacinas para países de baixa renda”, analisou. Jonas Valente/ABR



Economia



Mercado imobiliário tem redução de 9,5% nas vendas no 3º trimestre

Página - 03

Mercado financeiro eleva projeção da inflação para 10,12%

Página - 03



Produção industrial fica estável em outubro pelo segundo mês, diz CNI

Página - 05

KKR faz oferta pela Telecom Italia; futuro da TIM Brasil em jogo

Página - 06

Política

Governo reduz previsão de rombo fiscal em 2021 de R\$ 139,4 bi para R\$ 95,8 bi

Página - 04

PEC libera R\$ 106 bi em 2022 sem espaço para reajuste de servidor e auxílio a caminhoneiros

Página - 04



No Mundo

Covid-19: Europa retoma medidas restritivas em meio a protestos



Governos de vários países da Europa retomaram ontem (22) medidas restritivas e confinamentos, numa altura em que a pandemia de covid-19 está, mais uma vez, descontrolada. Áustria, Países Baixos, Bélgica e Croácia são apenas alguns dos países onde o fim de semana foi marcado por protestos, muitas vezes violentos, contra as restrições.

Entre as novas medidas está a imposição de certificado digital, a vacinação obrigatória ou o encerramento de setores e atividades.

A Áustria foi a primeira a voltar a impor, com início nesta segunda-feira, o confi-

namento de toda a população para travar o aumento de infecções pelo novo coronavírus. O chanceler Alexander Schallenberg decidiu, ainda, tornar a vacinação obrigatória a partir de 1º de fevereiro.

O governo austríaco estabeleceu uma duração inicial de dez dias para o novo confinamento, período durante o qual a maioria das lojas terá de fechar, os eventos culturais serão cancelados e os alunos voltarão a ter aulas online. Este período poderá ser renovado para um máximo de 20 dias, caso dez dias não sejam suficientes para diminuir os novos casos de infecção.

O confinamento na Áustria implica que as pessoas

apenas saiam de casa por um número limitado de razões, como ir trabalhar ou comprar bens essenciais. Os encontros entre pessoas de agregados familiares diferentes estão limitados a dois participantes.

O ministro da Saúde austríaco, Wolfgang Mueckstein, explicou que as escolas permanecerão abertas para aqueles que precisarem ir, mas apelou a todos os pais a manterem os seus filhos em casa.

Temos de “enfrentar a realidade”, afirmou o chanceler Schallenberg numa entrevista. “Apesar de meses de persuasão, não conseguimos convencer um número suficiente de pessoas a se vacinar”, disse ele.

RTP/ABR

Equador e Colômbia abrirão fronteira comum a partir de dezembro

O Equador e a Colômbia concordaram no domingo (21) com a reabertura bilateral da fronteira comum no início de dezembro, após ter sido fechada em meio à pandemia da covid-19, e se comprometeram a trabalhar juntos para combater o tráfico de drogas.

A fronteira entre os dois países foi fechada em março de 2020, conforme ambos os governos procuravam conter a disseminação do novo coronavírus. A reabertura controlada, acompanhada de medidas epidemiológicas, trará maior segurança e atividade econômica à zona.

“A abertura das fronteiras significa que nenhuma família equatoriana ou colombiana

terá que pagar grupos criminosos que cobram para cruzar por rotas alternativas, em vez das oficiais, que serão abertas em 1º de dezembro”, disse o presidente do Equador, Guillermo Lasso, em Quito, após um encontro com o presidente colombiano, Iván Duque.

Durante a reunião, a Colômbia ofereceu apoio ao Equador na luta contra o narcotráfico.

O Equador tem sido assolado por uma onda de crimes que aumentou os homicídios, e que as autoridades do país vinculam ao tráfico e consumo de drogas.

“O Equador receberá da Colômbia tudo o que precisa para lutar contra o crime organizado”, disse Iván Duque.

Reuters/ABR



Amazônia não está sendo gerida, está sendo destruída, diz eurodeputada



O acordo comercial entre União Europeia e Mercosul é fundamental e deve ser um dos objetivos de curto prazo do bloco europeu, afirma a eurodeputada portuguesa Lídia Pereira, que integrou a comitiva do Parlamento Europeu na COP26, em Glasgow.

Membro do Partido do Povo Europeu, grupo político conservador que é o mais numeroso no Parlamento Europeu, ela foi uma das participantes de uma reunião no evento com o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, e se declarou otimista

em entrevista à reportagem após o encontro, em Glasgow.

Apesar de “falhas de parte a parte” nas relações recentes entre os dois blocos, Lídia Pereira disse esperar que a mudança de atitude apregoada na COP pelo governo Bolsonaro pudesse “abrir portas a uma maior cooperação” e levar a assinatura do acordo comercial “a um bom porto”.

Mas os dados oficiais divulgados na quinta-feira (18), apontando alta de 22% na destruição da floresta no último ano, deixaram-na decepcionada e “revoltada”.

“O discurso do ministro foi muito focado no futuro.

Mas o futuro não pode ser o caixote do lixo do presente, o sítio para onde atiramos o que não queremos fazer hoje. A mancha verde da Amazônia não está a ser gerida, está a ser destruída”, disse Lídia Pereira em complemento da entrevista em Bruxelas, nesta sexta (19).

Economista, ela havia avaliado como positivo o plano apresentado por Joaquim Leite na COP, de criar formas de remuneração por serviços de conservação florestal, mas já ressaltava que era necessário entender se o atual discurso do governo Bolsonaro “é de fato credível”.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Mercado imobiliário tem redução de 9,5% nas vendas no 3º trimestre



O aumento no custo dos insumos da construção civil e a queda no poder de compra das famílias impactaram os números do mercado imobiliário no país e as vendas de imóveis novos tiveram queda de 9,5% no terceiro trimestre deste ano, frente ao mesmo período do ano passado. Em relação ao segundo trimestre de 2021, a queda foi de 11,2%.

Os dados são da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) que apresentou ontem (22) os Indicadores Imobiliários Nacionais, estudo que traz informações sobre lançamentos, vendas, oferta final, preço, além da participação do programa Casa Verde e Amarela no setor. A pesquisa foi realizada em 162

cidade, sendo 20 capitais.

No acumulado do ano, entretanto, houve aumento de 22,6% nas vendas, se comparado com o período de janeiro a setembro de 2020. “O primeiro semestre já nos deu um gás e o ano vai fechar bom, mas o terceiro trimestre mostra queda muito forte nas vendas”, disse o presidente da CBIC, José Carlos Martins, durante coletiva virtual para apresentar os dados.

Segundo ele, a inflação de materiais e máquinas, pelo Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), já passa de 30% no período de pandemia e os custos não foram repassados totalmente aos compradores, ou seja, ainda há margem para aumento no preço dos imóveis.

Ele explica que a falta de poder aquisitivo das famílias está segurando esse aumento, já que a inflação geral já chega a 10%, “mas não quer dizer que não vá acontecer mais na frente”.

Apesar dos bons números no acumulado do ano, Martins alerta que os custos dos insumos podem afetar o setor, consequentemente na geração de empregos. “O emprego de hoje é a venda de ontem. Vamos fechar o ano com contratação de 360 mil a 400 mil novos empregos porque vendemos muito bem nos primeiros nove meses”, disse. “O emprego de amanhã depende da venda de hoje e ela caiu quase 10%, então temos que ter muito cuidado para não termos uma situação delicada no próximo ano”, ressaltou.

Andréia Verdélio/ABR

Declaração de Propósito
Felipe Cecconello Machado, inscrito no CPF/ME sob o nº 274.532.168-42 declara nos termos do artigo 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, Declara sua intenção de exercer cargo de Diretor de Compliance da Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.588.217/0001-01. Esclarece que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma especificada abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que o declarante pode, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Banco Central do Brasil, Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf. Gerência Técnica em São Paulo (GTSPA), São Paulo, 23 de novembro de 2021.

CNC: intenção de consumo cai pela primeira vez desde junho

Após quatro meses consecutivos de alta e estabilidade em outubro, o índice de Intenção de Consumo das Famílias (ICF), apurado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), apresentou retração em novembro.

Com queda mensal de 0,9%, o indicador registrou 73,4 pontos, permanecendo abaixo do nível de satisfação, de 100 pontos. Apesar disso, o nível é o maior da série desde março de 2021 (73,8 pontos) e melhor do que o registrado em novembro de 2020 (69,8). Na comparação anual, o indicador apresentou elevação de 5,1%, mantendo a tendência positiva dos meses anteriores.

Entre os itens avaliados pela pesquisa, Emprego Atual se destacou como a única taxa positiva mensal, com cres-

cimento de 0,2% e de 6,2%, na comparação com o mesmo mês do ano passado. Segundo a CNC, acompanhando essa recuperação, o patamar atingido pelo item (92,2 pontos) o manteve como o maior indicador do levantamento em novembro, sendo também o maior nível desde maio de 2020 (101,7 pontos).

Mesmo com a melhora da percepção do mercado de trabalho, as famílias mostraram atenção no que se refere ao consumo. O item Acesso ao Crédito obteve a segunda queda consecutiva, de 2,3%, apresentando a maior taxa negativa do mês.

O presidente da CNC, José Roberto Tadros, avaliou que esse recuo foi influenciado pela trajetória de alta dos juros, iniciada pelo Banco Central para conter o aumento dos preços.

Ana Campos/ABR



Mercado financeiro eleva projeção da inflação para 10,12%



A previsão do mercado financeiro para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), considerada a inflação oficial do país, subiu de 9,77% para 10,12% neste ano. É a 33ª elevação consecutiva da projeção.

A estimativa está no Boletim Focus desta segunda-feira (22), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a expectativa das instituições para os principais indicadores econômicos. Para 2022, a estimativa de inflação ficou em 4,96%. Para 2023 e 2024, as previsões são de 3,42% e 3,1%, respectivamente.

Em outubro, puxada pelo aumento de preços de combustíveis e alimentos, a inflação acelerou 1,25%, a maior

para o mês desde 2002, de acordo com o IBGE. Com isso, o indicador acumula altas de 8,24% no ano e de 10,67%, nos últimos 12 meses.

A previsão para 2021 está acima da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é de 3,75% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,25% e o superior de 5,25%. Para 2022 e 2023, as metas são 3,5% e 3,25%, respectivamente, com o mesmo intervalo de tolerância.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 7,75% ao ano pelo Copom. Para a próxima

reunião do órgão, no mês que vem, o Copom já sinalizou que pode elevar a Selic em mais 1,5 ponto percentual.

As projeções do BC para a inflação também estão ligeiramente acima da meta para 2022 e ao redor da meta para 2023. Isso reforça a decisão da autarquia de manter a política mais contracionista, com elevação dos juros, para manter o IPCA dentro do intervalo de tolerância definido pelo CMN.

Para o mercado financeiro, a expectativa é de que a Selic encerre 2021 em 9,25% ao ano, em linha com a sinalização do BC. Para o fim de 2022, a estimativa é de que a taxa básica suba para 11,25% ao ano. E para 2023 e 2024, a previsão é de Selic em 7,75% ao ano e 7% ao ano, respectivamente.

Folhapress

Política

Governo reduz previsão de rombo fiscal em 2021 de R\$ 139,4 bi para R\$ 95,8 bi



O Ministério da Economia revisou as projeções de receitas e despesas para este ano e, pela primeira vez, passou a prever um rombo inferior a R\$ 100 bilhões para as contas federais no encerramento de 2021.

Pelos novos cálculos da pasta, divulgados nesta segunda-feira (22), o governo deve fechar o ano com um déficit primário de R\$ 95,8 bilhões. A estimativa anterior, feita em setembro, apontava para um rombo de R\$ 139,4 bilhões.

A redução de gastos previstos para o ano deve abrir uma margem de R\$ 6 bilhões para novas despesas ainda em 2021. Isso permitirá uma liberação de recursos para ministérios, ainda não detalhados pelo governo.

De acordo com a pasta, o resultado é fruto de uma melhora da arrecadação, impulsionada pela recuperação da atividade após o período mais agudo da pandemia do coronavírus.

Pelo lado das receitas, o governo estima um aumento de R\$ 57,7 bilhões na arrecadação, se comparado com a projeção anterior. Nessa previsão, estão contidos aumentos nas receitas de tributos administrados pela Receita Federal (R\$ 21,8 bilhões), nas contribuições previdenciárias (R\$ 7,3 bilhões) e exploração de recursos naturais (R\$ 6 bilhões). Há ainda uma previsão de ganho de R\$ 17,7 bilhões com dividendos.

Nas despesas, o governo agora prevê a redução de R\$ 4 bilhões em gastos, em relação ao estimado há dois me-

ses. Há queda, por exemplo, em abono e seguro desemprego (menos R\$ 1,6 bilhão), folha de pagamentos (menos R\$ 201 milhões) e subsídios (menos R\$ 192 milhões).

A conta das despesas não ficou ainda menor porque o governo autorizou a liberação de R\$ 1,4 bilhão para a compra de vacinas contra a Covid-19.

“É um consolidado de informações que mostra que os resultados fiscais estão caminhando no sentido da consolidação. As contas fiscais estão dentro da trajetória que se esperava”, disse o secretário do Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago.

A equipe econômica prevê uma redução no indicador da dívida bruta do governo de 88,8% do PIB em 2020 para 81,7% no fim deste ano.

Bernardo Caram/Folhapress

PEC libera R\$ 106 bi em 2022 sem espaço para reajuste de servidor e auxílio a caminhoneiros



A PEC dos Precatórios deve liberar um aumento de R\$ 106,1 bilhões nos gastos do governo federal em 2022 e, mesmo assim, os recursos não são suficientes para bancar as promessas do presidente Jair Bolsonaro, que pretende concorrer à reeleição.

Segundo dados atualizados divulgados pelo Ministério da Economia nesta segunda-feira (22), a verba extra deve ser usada para pagamento de despesas obrigatórias (como aposentadorias e pensões), a ampliação do benefício do Auxílio Brasil e a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos (medida que reduz contratação de funcionários) a 17 setores.

Pelas contas do governo,

Maioria do STF confirma decisão sobre implantação de renda básica em 2022

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para manter decisão em que, em abril, havia determinado que o governo federal implemente, a partir de 2022, programa de renda básica para os brasileiros em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita menor que R\$ 178 e R\$ 89, respectivamente.

Cinco ministros até agora acompanharam o voto do relator, ministro Gilmar Mendes, que rejeitou os argumentos do governo: Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli. O julgamento termina nesta segunda-feira (22).

“Verifico que as alegações das partes são impertinentes e decorrem de mero inconformismo com a decisão adotada por este Tribunal, uma

vez que as partes não trouxeram argumentos suficientes a infirmá-la, visando apenas à rediscussão da matéria, já decidida de acordo com a jurisprudência desta Corte”, declarou Mendes, em seu voto.

A Advocacia-Geral da União (AGU) alegava que não seria possível cumprir a determinação por problemas de ordem fiscal e eleitoral, que proíbe a criação e ampliação de benefícios sociais pela administração pública em ano de eleições. Os ministros analisam dois recursos. “Ante o exposto, rejeito os dois embargos de declaração, realçando desde já que, caso opostos, por quaisquer das partes, novos embargos declaratórios, estes serão tidos como protelatórios, com futura condenação em litigância de má-fé”, concluiu o ministro do STF.

Folhapress



sobraría apenas R\$ 1,1 bilhão. Esse valor, porém, não é suficiente para as demais promessas de Bolsonaro, como medidas voltadas para caminhoneiros, o vale-gás para a população de baixa renda e o reajuste salarial a servidores públicos federais.

Para conseguir mais dinheiro, o governo e o Congresso terão que negociar ajustes no Orçamento de 2022. Há pressão também por aumento nos recursos reservados a emendas parlamentares, que são usadas por deputados e senadores para enviar verba a projetos e obras em suas bases eleitorais.

O ajuste deve ser feito com um corte em despesas discricionárias, que não são obrigatórias e financiam o funcionamento da máquina pública.

No fim de outubro, o governo chegou a anunciar que a PEC permitiria uma ampliação de R\$ 91,6 bilhões no próximo ano. Essa projeção foi atualizada para R\$ 106,1 bilhões por causa da expectativa de que a inflação irá acelerar ainda mais até dezembro.

A elevação do valor do Auxílio Brasil, que substitui o Bolsa Família, para o patamar mínimo de R\$ 400 por beneficiário deve custar R\$ 51,1 bilhões no próximo ano.

As despesas obrigatórias devem consumir R\$ 48,6 bilhões no espaço orçamentário a ser aberto com a PEC.

A desoneração da folha de pagamentos tem um custo estimado em R\$ 5,3 bilhões -valor a ser acrescido nas despesas do Orçamento de 2022.

Thiago Resende/Folhapress

Produção industrial fica estável em outubro pelo segundo mês, diz CNI



A produção industrial ficou estável em outubro, informou ontem (22) a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Este é o segundo mês consecutivo de estabilidade na produção, após quatro meses de alta. Os dados, que constam do boletim Sondagem Industrial, elaborado pela confederação, mostram que em outubro, o índice de evolução da produção ficou em 50,1 pontos, ante os 50 registrados em setembro.

Os números refletem o desempenho de pequenas, médias e grandes empresas que atuam na indústria em geral, na indústria extrativista e na de transformação. O resultado também mostra que, no mês passado, a utilização

da capacidade instalada das indústrias caiu um ponto percentual ao registrado em setembro, ficando em 71%. O resultado é menor do que o registrado em outubro de 2020, quando a utilização da capacidade industrial ficou em 74%.

De acordo com a CNI, a redução é explicada em parte devido a influência da recuperação da atividade industrial no último trimestre do ano passado e a necessidade de recomposição de estoques. Por isso, a entidade vê o resultado de 2021 como positivo, pois está acima da média dos mesmos meses de 2011 a 2019, quando ficou em 70,4%.

Já o indicador de utilização da capacidade instalada efetiva em relação ao usual registrou 45,4 pontos em ou-

tubro. O resultado representa a terceira queda consecutiva do indicador.

“Apesar de estar abaixo da linha divisória de 50 pontos, que indica que a utilização da capacidade instalada está menor que a usual para o mês, o índice se encontra acima da média histórica de 42,6 pontos. Na comparação com outubro de 2020, o índice apresenta redução de 5,7 pontos”, informou a CNI.

A CNI disse ainda que em outubro, os estoques aumentaram e atingiram o nível planejado pelas empresas. Com isso, o índice de evolução do nível de estoques ficou em 50,5 pontos, cinco pontos acima do registrado em outubro de 2020.

Luciano Nascimento/ABR

Empresas da Zona Franca de Manaus faturam R\$ 116,59 bilhões em 2021



As empresas que atuam no Polo Industrial na Zona Franca de Manaus faturaram R\$ 116,59 bilhões no período de janeiro a setembro deste ano. Um crescimento de 42,27% em relação ao mesmo intervalo do ano passado, quando o polo registrou R\$ 81,95 bilhões de faturamento. Os dados foram repassados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) nesta semana.

O resultado dos nove primeiros meses mantém a previsão de faturamento até dezembro, que deve ficar entre R\$ 140 e R\$ 145 bilhões. O resultado é impulsionado pelo crescimento do segmento de bens de informática, que representa 27,37% de todo o faturamento do Polo

Luciano Nascimento/ABR

Bolsonaro convida Musk a criar indústria de semicondutores, área que tenta extinguir no Brasil

A empolgação de Fábio Faria, ministro das Comunicações, com a possibilidade de que Elon Musk instale uma fábrica de chips semicondutores no Brasil contrasta com a tentativa do governo Jair Bolsonaro de liquidar o Ceitec (Centro Nacional de Tecnologia Avançada), único fabricante de semicondutores da América Latina.

Faria disse à revista Veja que convidou o bilionário a abrir no Brasil uma fábrica de semicondutores, produto escasso internacionalmente, e que Musk respondeu que era uma possibilidade.

“Eu o convidei a abrir uma fábrica de semicondutores aqui. Ele me disse que não fazia parte do core business investir em uma fábrica de semicondutores, afinal, ele gosta de investir apenas em tecnologias que ainda não existem, mas reconheceu que precisa de semicondutores para tudo. Um carro da Tesla, por exemplo, precisa de 10 mil peças”, disse o ministro.

Camila Mattoso/Folhapress

O governo incluiu o Ceitec em pacote de desestatizações há dois anos e tenta avançar nas fases finais de extinção.

Chips semicondutores são essenciais para produtos tecnológicos de ponta, de computadores a carros e ao 5G. O Ceitec não tem em seu portfólio produtos para esse tipo de uso, mas poderia desenvolver peças para o setor automobilístico, que enfrenta escassez no último ano.

Embora tenha desenvolvido projetos e mais de 40 patentes de tecnologia, a empresa não dá lucro e há 12 anos depende dos recursos da União para sobreviver.

Os senadores Jaques Wagner (PT-BA), Jean Paul Prates (PT-RN), Humberto Costa (PT-PE), Paulo Paim (PT-RS) e Zenaide Maia (Pros-RN) assinam um projeto de decreto legislativo que susta os efeitos do decreto de Bolsonaro que determina a dissolução do Ceitec.

Industrial de Manaus (PIM).

De acordo com o balanço, as exportações também fecharam os nove primeiros meses do ano em alta. Até setembro, o polo teve exportações de US\$ 331,92 bilhões, o que indica crescimento de 25,08% na comparação com o mesmo período de 2020, quando foram o resultado das exportações registrou US\$ 265,37 bilhões. A alta, segundo a superintendência, foi impulsionada pela variação da taxa de câmbio.

De acordo com a Suframa, apesar do resultado positivo, a intenção é aumentar a participação das exportações da Zona Franca. “Entre as medidas que estão sendo tomadas, podem ser destacadas a melhoria do ambiente de negócios e as ações de pro-

moção comercial e atração de investimentos realizadas pela Suframa que buscam evidenciar as diversas janelas de oportunidades de negócios existentes no ambiente tecnológico e produtivo da Zona Franca de Manaus”, informou a assessoria do órgão.

Entre os setores que apresentaram desempenho positivo está o de bens de informática, que apresentou faturamento de R\$ 31,88 bilhões e crescimento de 48,69% no período de janeiro a setembro. Na sequência vem o setor eletroeletrônico, com faturamento de R\$ 25,38 bilhões e crescimento de 22,77%; o de duas rodas, com faturamento de R\$ 14,84 bilhões e crescimento de 44,34%.

Luciano Nascimento/ABR

Fusões & Aquisições

KKR faz oferta pela Telecom Italia; futuro da TIM Brasil em jogo



O KKR lançou uma oferta para comprar 100% da Telecom Italia e tirar a empresa da Bolsa, numa operação que pode resultar na venda da TIM Brasil.

O fundo de private equity americano está oferecendo € 10,8 bilhões, ou € 0,505 por ação da Telecom Italia, um prêmio de 46% em relação ao fechamento do papel na sexta.

O valuation implícito estimado é de 6x EV/EBITDA 2022; para efeito de comparação, a TIM Brasil negocia a 3,9x.

A empresa italiana tem dívida líquida de € 22,5 bilhões.

A concretização da oferta está condicionada a uma due

diligence de quatro semanas na empresa e ao aval do governo italiano, que possui um golden power na empresa, que dá a ele o direito de vetar aquisições de empresas consideradas estratégicas por companhias estrangeiras.

A proposta do KKR estará condicionada à aceitação de acionistas donos de no mínimo 51% do capital. Os principais acionistas da Telecom Italia são a Vivendi (23,7%), a estatal Cassa di Risparmio di Torino (19,8%) e a Canada Pension Plan (3,1%).

O conselho de administração da Telecom Italia teve uma reunião extraordinária neste domingo para tomar conhecimento da proposta, mas

não emitiu uma opinião. O conselho disse apenas que a oferta está sendo considerada “amigável”.

Uma reportagem da Reuters cita a possibilidade de uma disputa pela Telecom Italia, já que outros dois fundos de private equity, o CVC e a Advent, também teriam planos para a TIM.

A Telecom Italia controla a TIM Brasil com 66,5% das ações. Ainda não há informações sobre os planos do KKR para a operação brasileira.

Em 2017, a Vivendi chegou a declarar que, com a participação de 23,7%, não era capaz de exercer o controle da Telecom Italia.

Brasil Journal

Bitdeer e Blue Safari fundam empresa cripto de US\$ 4 bi mirando a Bolsa de NY

A mineradora de criptomoedas Bitdeer Technologies e a Blue Safari Group Acquisition Corp. anunciaram sua fusão na quinta-feira (18). A operação foi aprovada por unanimidade pelos dois conselhos e, com isso, a empresa passa a ter valor de mercado de US\$ 4 bilhões.

A Bitdeer foi criada a partir de um desmembramento da chinesa Bitmain no início de 2021. A companhia tem sede em Cingapura e centros de mineração de criptomoedas nos EUA e na Noruega. A empresa fornece serviços de tecnologia para mineradores de Bitcoin, como aquisição de equipamento, logística de transporte, projeto e construção de datacenter, gerenciamento de máquinas e opera-

ções diárias.

Já a Blue Safari é uma empresa de aquisição de propósito específico (Special-Purpose Acquisition Company – SPAC) que entrou na Nasdaq em junho. Embora presente na bolsa de valores, essas companhias não são atreladas a um negócio estabelecido: elas buscam adquirir ou se unir a outras empresas privadas para torná-las públicas sem que tenham de passar pelo processo de oferta inicial pública (IPO) de ações.

A empresa resultante da união será renomeada como Bitdeer Technologies Group e permanecerá na Nasdaq. Após a conclusão do negócio, que deve ocorrer no primeiro trimestre de 2022, a companhia será comandada por Jihan Wu, presidente e fundador da Bitdeer.

Canal Tech



Mater Dei compra o maior hospital de Uberlândia



A Rede Mater Dei está comprando o Santa Genoveva — um dos hospitais mais tradicionais de Uberlândia — numa transação que coloca a empresa mineira na fronteira do Centro-Oeste, um eixo onde a rede pretende avançar.

A compra inclui um elemento crucial: um centro diagnóstico acoplado ao hospital que hoje captura boa parte do ‘economics’ do negócio, além do imóvel de 10 mil metros quadrados no bairro Martins, no coração da cidade.

O Mater Dei vai pagar R\$ 309 milhões pelos ativos, incluindo a assunção de dívidas da ordem de R\$ 56 milhões. A transação — que será paga em dinheiro — implica um múltiplo de R\$ 1,5 milhão/leito.

Uberlândia é o segundo

maior PIB de Minas Gerais e uma das cidades que mais cresce no País. “É uma localização muito estratégica porque é uma porta de entrada para o agronegócio brasileiro,” Henrique Salvador, o CEO do Mater Dei, disse ao Brazil Journal.

Este é o terceiro M&A do Mater Dei desde o IPO, quando a rede da família Salvador levantou R\$ 1,4 bilhão para começar seu movimento de consolidação. De lá pra cá, a companhia comprou o Grupo Porto Dias por R\$ 800 milhões e investiu na A3Data, uma empresa de big data.

As negociações com o Santa Genoveva duraram mais de um ano e exigiram o tal ‘jeitinho mineiro’: o Mater Dei teve que negociar com 215 médicos que tinham participação no hospital e com

10 radiologistas que controlavam o Centro Diagnóstico por Imagem (CDI).

O Santa Genoveva tem capacidade para 204 leitos, dos quais 156 já estão operacionais, 30 dos quais são leitos de UTI. O hospital fatura R\$ 160 milhões/ano mas, em virtude da governança que vigorou até hoje, tem EBITDA próximo de zero.

“Cada parte do hospital estava entregue a um grupo de sócios,” disse o CEO. “A cardiologia estava nas mãos de um grupo, a urologia com outro, e a parte de diagnósticos nas mãos de um terceiro.”

Na prática, isso significava que todos os exames de cardiologia, por exemplo, eram faturados no CNPJ dos sócios que tocavam a área, e não no CNPJ do hospital.

Brasil Journal

Emparsanco Engenharia S.A.(a "Companhia")
CNPJ/ME nº 21.617.548/0001-55 – NIRE 35.300.474.261**Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2021**

Data, Horário e Local: Aos 21/10/2021, às 14h00, reuniram-se os acionistas na sede social da companhia, localizada na Rua Tiradentes, 3.207, Sala E, Santa Terezinha, São Bernardo do Campo-SP. **Presença:** Presentes os acionistas subscritores de 100% do capital social da Companhia de acordo com as assinaturas apostas no "Livro de Presença de Acionistas". **Mesa:** Ricardo Furlan Rodrigues – Presidente; e Alexandre Romualdo Cruz – Secretário. **Convocação e Publicação:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei 6.404/1976, em vista da presença de acionistas representantes de 100% do capital social. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a aprovação da renúncia do Sr. Luiz Carlos Furlan, RG nº 11.954.777 SSP/SP e CPF/MF nº 071.720.828-18, na qualidade de Diretor Presidente; (ii) a aprovação da eleição do novo Diretor Presidente, Sr. Ricardo Furlan Rodrigues, RG nº 6.019.205 SSP/SP e CPF/MF nº 279.000.888-49. O Diretor Presidente ora eleito aceito a nomeação, tomou posse imediata de seu respectivo cargo mediante a assinatura do termo de posse lavrado no livro de registro de atas da assembleia, e, declara neste ato, não estar impedido de exercer a administração por lei especial, nem em virtude de condenação por crime falimentar, de prevaricação, ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, devendo permanecer no cargo até 21/01/2022. **Deliberações:** colocados em discussão os itens constantes da ordem do dia, foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade: (i) **Aprovação da Renúncia do Diretor Presidente,** o Sr. Luiz Carlos Furlan, RG nº 11.954.777 SSP/SP e CPF/MF nº 071.720.828-18 – **Anexo (i);** (ii) **Aprovação da Eleição do novo Diretor Presidente,** o Sr. Ricardo Furlan Rodrigues, RG nº 6.019.205 SSP/SP e CPF/MF nº 279.000.888-49, devendo permanecer no cargo até 21/01/2022, o qual toma posse do cargo neste ato, mediante assinatura do termo de posse, que integra esta ata como documento anexo – **Anexo (ii);** (iii) **Declaração de desimpedimento,** O Sr. Ricardo Furlan Rodrigues, acima qualificado, declara, neste ato, sob as penas da lei, que não está impedido por lei de exercer o cargo de Diretor Presidente da Companhia, nem foi condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, tampouco foi condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, nem contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário a lavratura desta ata, que, tudo lido em voz alta e achado conforme, foi aprovado pelos presentes e assinado, encerrando-se a presente assembleia. Presentes os Acionistas: Emparsanco S.A. – "Em Recuperação Judicial", através de seu Diretor Presidente. São Bernardo do Campo, 21/10/2021. Mesa: Ricardo Furlan Rodrigues – Presidente; e Alexandre Romualdo Cruz – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 548.740/21-5 em 18/11/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Lithocenter S.A. Centro de Tratamento de Cálculos Renais e BiliaresCNPJ/ME nº 64.092.042/0001-82 – NIRE 35.300.129.261 – **Edital de Convocação**

Ficam os Srs. Acionistas do Companhia, com base no 'caput' do Artigo 123, da Lei 6.404/1976 (Lei das S.A.), convocados para se reunirem em AGOEA a ser realizada no dia 29/11/2021, às 08h00, em primeira convocação, na sede da Companhia, para ser deliberada a seguinte Ordem do Dia: **Em AGO:** (i) tomar as contas e os atos dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; e (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2020. **Em AGE:** (i) consignar o falecimento do acionista Sérgio Leibes Nascimento; (ii) consignar a transferência da totalidade das ações ordinárias e preferenciais detidas pelo acionista falecido para seus sucessores. São Paulo, 19/11/2021. Ricardo Di Migueli – Diretor. (19, 20 e 23/11/2021)

BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/ME nº 11.257.352/0001-43 – NIRE 35.300.461.827

Edital de Convocação da Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 1ª Emissão

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários Seniores e Subordinados das 1ª e 2ª Séries da 1ª Emissão da BSI Capital Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores", "CRI" e "Emissora"), a Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário dos CRI ("Agente Fiduciário") e a Hestia Incorporações Imobiliárias S.A., CNPJ/ME nº 11.740.868/0001-44 ("Devedora") estão convocados a se reunirem à Assembleia Geral dos Titulares de CRI ("AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, em 14/12/2021, às 10 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio de sistema eletrônico pela plataforma Teams, sendo certo que o link de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Titulares de CRI àqueles que enviarem solicitação para amanda.melo@bsicapital.com.br, administrado pela Emissora, nos termos da Instrução CVM nº 625, de 14/05/2020 ("ICVM 625") para deliberar sobre as seguintes matérias: (i) aprovar a liquidação do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização) dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Séries da 1ª Emissão da Emissora ("CRI"), nos termos da Cláusula 8.2, itens "f" e "n", do Termo de Securitização, firmado em 14/03/2014, conforme aditado em 17/03/2014, em 28/03/2014 e em 03/02/2015, entre a Emissora e o Agente Fiduciário, tendo em vista o inadimplemento por parte da Devedora das obrigações constantes dos Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização); (ii) caso aprovado o item (i) acima, aprovar, nos termos da Cláusula 8.3.1 do Termo de Securitização e do artigo 14, § 1º da Lei nº 9.514, de 20/11/1997, (a) a nomeação do [Titular dos CRI Sênior], como liquidante do Patrimônio Separado; e (b) a transferência, ao Titular dos CRI dos créditos mobiliários oriundos do "Instrumento Particular de Emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário sem Garantia Real Imobiliária sob a Forma Escritural", firmado em 14/03/2014, entre a Devedora e Domus Companhia Hipotecária, instituição financeira (em liquidação extrajudicial), com sede em Rio de Janeiro-RJ, na Rua Cambaúba, nº 364, Jardim Guanabara, CNPJ/MF nº 10.372.647/0001-06 ("Instituição Custodiante") ("Escritura de Emissão"), bem como dos demais bens e direitos que integram o Patrimônio Separado do CRI eventualmente não realizados, por meio do instrumento de Dação em Pagamento; sendo certo que, após a quitação integral dos CRI Sênior, eventual saldo deverá ser destinado ao Titular dos CRI Subordinados; (iii) caso aprovado o item (i) acima, autorizar a Securitizadora a tomar todas as medidas para encerrar as Contas Centralizadas (conforme definida no Termo de Securitização) e distratar o Contrato de Prestação de Serviços de Depositário celebrado com o Banco Bradesco S.A. em 26/01/2015; (iv) caso aprovado o item (i) acima, considerando a modificação da titularidade dos direitos discutido nos processos judiciais listados no Anexo II da presente ata bem como eventuais futuros processos em que a Emissora figure como parte, devendo o [Titular dos CRI Sênior] tomar todas as medidas necessárias para a sucessão processual da Emissora pelo [Titular dos CRI Sênior], assumindo o [Titular dos CRI Sênior] a responsabilidade para oferecer garantias, bem como assumir diretamente todos e quaisquer custos e despesas incorridos com relação a todos os processos existentes e futuros, incluindo, mas não se limitando, a honorários advocatícios, honorários de sucumbência, multas, taxas e penalidades processuais, bem como quaisquer outros custos ou despesas decorrentes de decisões judiciais ou ações de terceiros relacionadas a tais ações; (v) caso aprovado o item (i) acima, aprovar a isenção de qualquer responsabilidade da Emissora e do Agente Fiduciário com relação aos Documentos da Operação, com a consequente transferência dos processos judiciais listados no Anexo II à presente ata, bem como eventuais futuros processos em que a Emissora figure como parte, tendo em vista a liquidação do Patrimônio Separado, sempre reembolsando a Emissora e/ou o Agente Fiduciário sempre que os custos e/ou despesas indicados no item (iv) acima não puderem ser assumidos diretamente pelo [Titular dos CRI Sênior]. Os protocolos para transferência dos processos judiciais deverão ser realizados em um prazo máximo de 30 dias, contados a partir desta data e eventuais processos créditos futuros dentro do mesmo prazo, respeitando os prazos processuais caso sejam menores; (vi) caso aprovado o item (i) acima, o [Titular dos CRI Sênior], deverá assumir diretamente a responsabilidade por todos e quaisquer custos e despesas decorrentes das deliberações desta ata, incluindo, mas não se limitando, a honorários advocatícios, taxas de cartórios, penalidades, etc.; e (vii) caso aprovado o item (i) acima, autorizar a Emissora a contratar TazziniFreire Advogados, na qualidade de assessor legal, para a elaboração dos aditamentos aos Documentos da Operação, bem como eventuais termos de dação em pagamento, visando refletir as alterações aprovadas pelos Titulares dos CRI, às expensas da Devedora, dentro do prazo de 15 dias corridos, contados desta data; Haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções disponíveis no site da Emissora (www.bsicapital.com.br) e do Agente Fiduciário a todos os Investidores (www.fiduciario.com.br), no seu website. Os Titulares de CRI que fizeram o envio da instrução de voto e esta for considerada válida, em até 02 dias úteis antecedentes a realização da AGT, não precisarão acessar o link para participação digital da AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática, sem prejuízo da possibilidade de ingresso, nos termos do §4º do Artigo 3º da ICVM 625. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI devem encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação, em até 02 dias úteis antecedentes a realização da AGT, ora convocada, para os e-mails amanda.melo@bsicapital.com.br e fiduciario@trusteedtm.com.br, bem como demais documentos necessários para a comprovação de titularidade devidamente assinados e com firma reconhecida ou com certificação digital de assinaturas. Informações Adicionais: A Assembleia será realizada através de sistema eletrônico, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Debituristas que enviarem, para o endereço eletrônico para os e-mails amanda.melo@bsicapital.com.br e fiduciario@trusteedtm.com.br, com cópia para o endereço eletrônico fiduciario@trusteedtm.com.br, preferencialmente, até 2 dias antes da data de realização da Assembleia, observado o disposto na Instrução CVM 625: (i) quando pessoa física, cópia digitalizada de documento de identidade válido com foto do debenturista (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular; (ii) quando pessoa jurídica, atos societários e documentos pessoais e de representação; (a) último estatuto social ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial competente; (b) documentos societários que comprovem a representação legal do Debiturista incluindo ata de eleição da diretoria e ata de eleição do conselho de administração, se instalado; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; (iii) quando fundo de investimento, (a) último regulamento consolidado do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, bem como, documentos pessoais e de representação, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação em Assembleia; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal; e (iv) caso qualquer dos Debituristas indicados nos itens "i" a "iii" acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, este deverá encaminhar procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia. São Bernardo do Campo, 19/11/2021. Ricardo Elson do Carmo – Diretor de Relações com Investidores. (23, 24 e 25/11/2021)

Dólar à vista fecha em baixa de 0,29%, a R\$5,5941

O dólar fechou em queda ante o real nesta segunda-feira, numa correção depois de cinco altas seguidas, mas a moeda segue próxima de 5,60 reais, evidência de um prêmio de risco motivado pelas persistentes incertezas locais e pela força da moeda norte-americana no mundo.

O dólar à vista caiu 0,29%, a 5,5941 reais na venda, depois de cinco altas seguidas em que somou ganho de 3,84%. Nesta segunda, a

cotação variou de 5,615 reais (+0,08%) a 5,5625 reais (-0,85%).

O real teve um dos melhores desempenhos neste pregão de força global do dólar. A moeda norte-americana bateu máximas em 16 meses ante uma cesta de rivais, com o mercado vendo continuidade da redução de estímulos e possível aumento antecipado de juros nos EUA diante da recondução de Jerome Powell à chefia do banco central do país por mais quatro anos.

IstoÉDinheiro

Petróleo fecha em alta, com potencial ajuste da Opep+ e liberação de reservas

Os contratos futuros de petróleo fecharam em alta nesta segunda-feira, 22, em uma sessão volátil, na qual a grande parte das atenções se voltou para a possibilidade de uma série de países que são grandes consumidores da commodity liberarem suas reservas estratégicas de óleo. O tema, aliado às perspectivas de novas restrições na Europa para tentar conter o avanço da covid-19, pressionou o preço do barril durante grande parte do dia, mas a possibilidade de ajustes na oferta por parte da Organização de Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) impulsionou o petróleo.

Na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o barril do WTI para janeiro encerrou com ganho de 1,07% (US\$ 0,81), a US\$ 76,75. Já na Intercontinental Exchange (ICE), o Brent para igual mês subiu 1,03% (US\$ 0,81), a US\$ 79,70 por barril.

A Reuters noticiou que o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, prepara um anúncio de liberação das reservas nacionais de petróleo, em conjunto com vários outros países.

IstoÉDinheiro

DÓLAR

compra/venda
Câmbio livre BC - R\$ 5,5835 / R\$ 5,5841 **
Câmbio livre mercado - R\$ 5,5920 / R\$ 5,5940 *
Turismo - R\$ 5,5670 / R\$ 5,7500

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,28%

OURO BM&F
R\$ 320,000

BOLSAS

B3 (Ibovespa)
Variação: -0,89%
Pontos: 102.122
Volume financeiro: R\$ 26,113 bilhões
Maiores altas: Vale ON (5,56%), Bradespar ON (4,46%), Usiminas PN (2,94%)
Maiores baixas: Banco Inter UNT (-14,11%), Banco Inter PN (-12,65%), Locaweb ON (-9,24%)

S&P 500 (Nova York): -0,32%
Dow Jones (Nova York): 0,05%
Nasdaq (Nova York): -1,26%
CAC 40 (Paris): -0,10%
Dax 30 (Frankfurt): -0,27%
Financial 100 (Londres): 0,44%
Nikkei 225 (Tóquio): 0,09%
Hang Seng (Hong Kong): -0,39%
Shanghai Composite (Xangai): 0,61%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,46%
Merval (Buenos Aires): -4,26%
IPC (México): -0,62%

Confira no nosso site as principais notícias do dia:

www.datamercantil.com.br

Negócios

O carro popular morreu no Brasil (e nada indica que ressuscitará)



O conceito de carro popular acabou. Considerando os preços dos automóveis mais “baratos” do Brasil, o Renault Kwid (R\$ 48.790) e Fiat Mobi (R\$ 48.890), não há por que contestar essa afirmação.

E ela foi feita, recentemente, por ninguém menos do que o presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Carlos Moraes. “Não existe mais essa figura do carro popular, que não tem nada [de tecnologia]. Nós temos que ter, por lei, todos os sistemas e nós achamos que está correto. Esquece [o carro popular], isso é passado,

não tem mais sentido isso.” Outro fato que comprova a morte do carro popular é o ranking de vendas. Dos 10 carros mais vendidos no Brasil em 2021, apenas três não têm preços na casa dos R\$ 100 mil: o próprio Mobi (que chega a R\$ 61 mil), o Fiat Argo (R\$ 67 mil a R\$ 79 mil) e o Volkswagen Gol (R\$ 68 mil a R\$ 75 mil).

Entre os mais vendidos de alto valor, o Jeep Compass, um SUV médio que já atingiu 60 mil unidades vendidas este ano, custa no mínimo R\$ 152 mil e chega a R\$ 233 mil.

Mas olhar só para os preços não explica o fenômeno. O conceito de carro popular acabou porque as demandas da sociedade sacudiram a in-

dústria automobilística e ela corre desesperadamente atrás de um novo mundo que exige um cenário de despoluição.

E, por mais que o Brasil insista em ficar à parte deste novo mundo, as montadoras de automóveis são empresas multinacionais que não fazem mais “jabuticabas”, ou seja, carros que atendem exclusivamente ao mercado brasileiro.

Campeão nacional de vendas por 27 anos consecutivos (1987 a 2013), o Volkswagen Gol teve sua morte decretada para o fim de 2023 pelo CEO da VW América Latina, Pablo Di Si. Ainda não se sabe se a Volkswagen vai manter o nome Gol em um novo veículo.

Neofeed

Metaverso já mobiliza indústria de luxo, big techs e startups; entenda



Metaverso, a palavra do momento na tecnologia, não ficará restrita às grandes companhias do setor. O interesse pelo termo explodiu após o Facebook, Inc. alterar o nome para Meta, no fim de outubro, mas o conceito já está incorporado no mercado de games e chama a atenção da indústria de luxo e de startups.

O metaverso e os NFTs (categoria de criptoativos) podem gerar até US\$ 50 bilhões (R\$ 277 bilhões) de receita no mercado de luxo até 2030 –considerando que se consolidem como tendências–, de acordo com relatório do Morgan Stanley.

Em 2021, startups relacionadas à área já levantaram quase US\$ 10,4 bilhões (R\$ 55,8 bilhões) de fundos de

Renner renega fast-fashion e investe na moda circular

A Renner, uma das pioneiras no Brasil em lojas de departamento, setor imerso no conceito chamado de fast-fashion, quer demonstrar que esse não é o seu filão de negócio.

Com a aposta em trazer a economia circular para dentro de suas lojas, a companhia quer se afastar do “fast” para se aproximar da sustentabilidade.

Para isso, além de garantir que seus produtos não virem lixo em pouco tempo – como ocorre com as roupas que duram uma só estação –, a companhia está investindo em energia renovável.

Apesar de ser uma loja de departamento, a Renner quer se afastar da “moda rápida”. “Nosso modelo segue a demanda, não somos fast-

-fashion”, diz o presidente da Renner, Fabio Faccio.

Uma das frentes é o uso do algodão certificado, de fornecedores com selo de atuação socioambiental. “Olhamos todo o processo, tanto no uso dos recursos quanto na remuneração e condições de trabalho”, afirma o executivo.

O desafio é evoluir em um mercado poluente e de grande impacto ambiental. Dados da consultoria thredUp apontam que, na produção de uma única camiseta, são utilizados 700 galões de água.

Além disso, a consultoria afirma que uma em cada duas pessoas jogam suas roupas indesejadas direto no lixo.

No caso da Renner, o plano é acelerar a jornada ESG (sigla em inglês para atuação ambiental, social e governança).

Estado SP



capital de risco, segundo o Crunchbase, site americano especializado em investimentos. Há novos fundos no mercado especializados somente em empresas do tipo, que combinam realidade virtual e aumentada e proporcionam aos clientes experiências 3D e imersivas em ambientes digitais.

A ideia de metaverso é antiga na comunidade técnica e na ficção científica, mas a apropriação do termo pelo Facebook alertou competidores que já tateavam esse terreno. O anúncio também evidenciou a aposta de longo prazo da empresa, que não pretende se manter apenas como uma representante das redes sociais e de seus problemas quase insolúveis.

O metaverso depende de realidade virtual ou aumenta-

da, mas vai além disso. Trata-se do ambiente digital em que pessoas, representadas por avatares, interagem entre si ou com objetos. Um exemplo: ao colocar um óculos, cada integrante de uma reunião de Zoom é transportado a uma sala digital idêntica a uma sala física onde pode olhar para os lados e direcionar a fala aos colegas, também emulados por avatares.

Essa é a idealização do que o mercado deve desenvolver, mas esses experimentos são incipientes. No geral, até agora, é mais miragem do que realização prática (assim como as “cidades inteligentes” ou a ideia de “economia compartilhada”, outros termos vendidos pelo Vale do Silício).

Paula Soprana/Folhapress